

Como alguns países e instituições se beneficiaram com as crises econômica e política da Grécia

Eueliton Marcelino Coelho Junior¹

Kimberlin Rocha Villas Boas²

Leonardo Lins Scuirea³

Luis Fernando Quintino⁴

Cesar Augusto Della Piazza⁵

Alexandre Acácio de Andrade⁶

Marcel Tavares Coelho⁷

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo demonstrar que a crise na Grécia beneficiou economicamente países desenvolvidos e instituições financeiras. Apesar da presente crise ter sido fruto de outras, se tornando apenas uma peça num efeito dominó causado por dezenas de fatores encadeados, foi demonstrado que a Grécia teve sua parcela de culpa, vez que fez escolhas erradas de investimentos e infraestrutura possibilitando que bancos e outros países lucrassem com a crise econômica, política e institucional ocasionada. Além disso, não conseguiu controlar de maneira correta as contas públicas e os empréstimos realizados durante os últimos anos. Evidenciou-se as parcelas de culpa, pela presente crise, das instituições e países desenvolvidos. Foram elencados os fatores e fatos que levaram à situação crítica grega, bem como conseguiu-se comprovar e demonstrar de/ que maneira a Alemanha conseguiu obter vantagens com a crise grega, acumulando um exorbitante valor de capital, obtendo prosperidade econômica e altas taxas de geração de empregos no país, durante esse processo de endividamento da Grécia.

Palavras chaves: Grécia; países desenvolvidos; crise econômica; crise política; União Europeia.

¹Graduando em Ciência da Computação – USP. Bacharel em Engenharia Eletrônica - FATEC Carlos Drummond de Andrade. E-mail: eueliton.coelho@usp.br

²Graduando Comércio Exterior –FATEC. E-mail: kimberlinkrvb@gmail.com

³Graduando Comércio Exterior –FATEC. E-mail: leo.scuirea@outlook.co.uk

⁴Coordenador de Engenharia e Tecnologia - Faculdade Carlos Drummond de Andrade - Doutorando em Engenharia Elétrica e da Computação – UNICAMP. E-mail: luis.quintino@outlook.com

⁵Doutor em Engenharia da Produção - UNIMEP. E-mail: della_piazza@yahoo.com.br

⁶Doutor em Engenharia Elétrica – USP. Bacharel em Engenharia Elétrica - USP. E-mail: aacacio@ufabc.edu.br

⁷Mestrando em Energia - UFABC. Bacharel em Engenharia Elétrica - FEI. E-mail: marceltc@uol.com.br

ABSTRACT

This paper is intended to demonstrate that the crisis in Greece benefited economically developed countries and financial institutions. This despite having crisis been other fruit, becoming one piece in domino caused effect of factors connected tens, was demonstrated that Greece had his guilt of portion, once made choices investment wrong and infrastructure enabling that banks and other profiting countries with the economic crisis, policy and institutional arising. Furthermore, could not proper way to controlling the public accounts and loans made during the past years. It was evident the guilt of plots, by this crisis, institutions and developed countries. Were listed factors and events that took the situation critical greek, and got yourself prove and demonstrate that way to Germany advantages get got the crisis greek, accumulating exorbitant capital value, obtaining economic prosperity and generation rate high of jobs in the country during this process of indebtedness of Greece.

Keywords: Greece; developed countries; economic crisis; political crisis; European Union.

1 INTRODUÇÃO

A Grécia se localiza no sudeste da Europa e abrange aproximadamente duas mil ilhas. É considerada o berço de nossa civilização, pois foi durante o desenvolvimento do Império Grego que se deram inúmeras descobertas e surgiram filósofos como Sócrates e Platão. Além disso, a construção do que conhecemos hoje como democracia se deu durante o citado momento, além da criação dos jogos olímpicos (COTRIM, 2005).

Atualmente, a Grécia faz parte da União Europeia e da Zona do Euro, exportando produtos principalmente para a Itália, Turquia e Alemanha. As suas importações provêm, em maior parte, da Alemanha, Iraque e Rússia (PAPADIMITRIOU, 2015).

Em 2015, a Grécia já contava com uma população de 10.858.018 habitantes e um PIB (Produto Interno Bruto) de aproximadamente 179 bilhões de euros. (UNIÃO EUROPÉIA, 2016).

O PIB é a medida mais utilizada para definir quanto um país produz. Essa medida é constituída pelo somatório de 4 fatores: consumo no mercado interno, investimentos, gastos do poder público e a diferença entre exportações e importações, que é denominada de balança comercial (SILVA, 2008).

Ao longo dos últimos anos, a Grécia vem se arrastando diante de situações criadas por diversos fatores internacionais. Empréstimos com juros exorbitantes, crescimento da dívida pública, decrescimento da produtividade e competitividade, além do oportunismo de diversas

instituições financeiras mundiais, levaram o país à uma situação constante de crises (PAPADIMITRIOU, 2015; CASSAVIA, 2016).

Várias estratégias e medidas de austeridade foram adotadas para tentar minimizar os efeitos das crises, mas as ampliações das mazelas sociais e a falta de investimentos, por parte do Estado, em setores básicos da sociedade grega, contribuíram para piorar o quadro (OLIVEIRA NETO, 2014; CASSAVIA, 2016).

No presente estudo, busca-se demonstrar de que forma países desenvolvidos se beneficiaram da crise grega e também identificar o grau de responsabilidade da Grécia, no que tange à crise, da Alemanha, como principal agente ativo no processo, e das instituições financeiras internacionais, que falharam nas estratégias financeiras adotadas e que tinham por objetivo reduzir os impactos da crise em toda Zona do Euro,

O trabalho foi dividido em uma seção de caracterização geral, em que são evidenciadas características da sociedade grega, nas esferas políticas, culturais e econômicas, os pontos de vistas sobre os processos e escolhas que desencadearam a crise na Grécia, bem como da parcela de responsabilidade de cada país e instituição envolvida nos processos de ajuda ao país, além disso, são explorados dados estatísticos para endossar os argumentos trazidos pelo presente estudo.

2 CARACTERIZAÇÃO GERAL

A economia grega, em relação à produção, foi fundamentada e estruturada em torno do turismo, único setor a se desenvolver verdadeiramente no país ao longo dos anos. Alguns produtos primários são fabricados no país, com uso de tecnologias simples e com baixa produtividade (PAPADIMITRIOU, 2015).

Com a adesão da Grécia à Zona do Euro, surgiu a possibilidade da importação de diversos produtos dos outros países membros, com preços mais competitivos. A população da Grécia começou a consumir em larga escala os produtos importados, muito mais baratos que os nacionais, isso fez com que as indústrias gregas, principalmente as de maior complexidade, praticamente se extinguissem (OLIVEIRA NETO, 2014).

As indústrias gregas não conseguiram competir com as potentes indústrias da Alemanha, França e demais países europeus que contam com polos industriais muito fortes e desenvolvidos. Por conta disso, a Grécia perdeu muitas indústrias e sua economia passou a ser

sustentada pela produção agrícola, construção civil, transporte marítimo e, principalmente, atividades relacionadas ao turismo (PAPADIMITRIOU, 2015).

A Tabela 1 demonstra a distribuição da população grega pelos setores econômicos do país. Insta-se mencionar que a categoria “não aplicável”, evidenciada na referida tabela, abrange o contingente de pessoas que não fazem parte da força de trabalho ou não estão em idade para tal.

Tabela 1: Grécia - Ramos de atividade econômica da população grega

Ramo de Atividade Econômica	Pessoas
Agricultura, silvicultura e pesca	402 201
Manufaturas, mineração ou outra indústria	490 655
Construção	350 361
Comércio (atacado, varejo, alimentícias)	1 340 727
Informação e comunicação	105 215
Atividades financeiras	109 591
Atividades imobiliárias	536
Profissionais liberais, cientistas e técnicos	349 727
Administração pública, educação, saúde, defesa e ação social	959 998
Outros	245 589
Não declarado	0
Não aplicável	6 495 418
Total	10 858 018

Fonte: Adaptado de EUROSTAT (2016).

2.1 Setores da economia grega

O setor primário corresponde às áreas da economia responsáveis pela produção de matérias primas, como: agricultura, pesca, pecuária e extrativismo mineral. É responsável pela produção das *commodities*, um grupo específico de produtos que são comercializados mundialmente que tem preços definidos pelo mercado global, normalmente produtos agrícolas e minérios (LACRUZ, 2014).

O setor secundário da economia é onde ocorre a transformação dos itens advindos do setor primário. O produto resultante dessas transformações tem como finalidade a utilização em

outros negócios, exportação ou consumo doméstico. Como exemplo: fabricas de confecções, indústrias de aço, indústrias de eletrônicos (LACRUZ, 2014).

Fábricas têxteis, indústrias de produtos metálicos, gás e petróleo são os principais representantes do setor secundário na economia grega (PAPADIMITRIOU, 2015).

Também denominado setor de serviços, o setor terciário compreende as diversas atividades de comércio e serviços. Englobam transporte, venda e distribuição aos consumidores além de serviços indiretamente ligados ao fluxo de distribuição e produção. Como exemplo podemos citar: serviços bancários, serviços públicos, turismo, hospitais (LACRUZ, 2014).

A principal atividade do setor terciário da Grécia é o turismo, impulsionado pelo fato do país possuir muitas riquezas culturais, monumentos históricos, praias e ilhas maravilhosas que atraem pessoas do mundo todo na busca por conhecer esse paraíso que é, além disso, o berço da humanidade (PAPADIMITRIOU, 2015). Em 2014, na Grécia, segundo Exame (2014), “o turismo proporcionou a entrada de 9,73 bilhões de euros no país com a chegada de 15,3 milhões de turistas. ”.

2.2 A crise da economia na Grécia

As políticas econômicas gregas se demonstraram contraditórias e ineficientes do ponto de vista econômico. Essas características puderam ser observadas a partir da crise subprime de 2008. No citado momento, o país teve que se valer de ajudas externas para frear o declínio de sua economia. (OLIVEIRA, 2014).

Após 2010, os efeitos da mencionada crise econômica se amenizaram nos EUA, mas a Europa foi alcançada por esses efeitos. A maioria dos países europeus contraiu dívidas bilionárias que ultrapassam o tamanho de seu PIB, inviabilizando o pagamento, obrigando a busca de ajuda junto à bancos internacionais e outros países para cumprir os compromissos assumidos (CASSAVIA, 2016).

A crise econômica, que atualmente afeta a Grécia, é fruto de sua alta dívida pública, que foi contraída pelo país ao longo dos últimos anos, em função da elevação de gastos públicos com os crescentes salários pagos aos funcionários estatais e, concomitante a isso, às reduções das receitas do país, potencializadas pela prática comum de sonegação fiscal dos setores da sociedade. Para cobrir os gastos, o estado grego efetuou diversos empréstimos e desses surgiram exorbitantes juros, complicando ainda mais o panorama (PAPADIMITRIOU, 2015).

Santinon (2010, p. 1) afirma que, “há aproximadamente dez anos a Grécia registrou déficits menores do que os verdadeiros, o que ajudou para levar este país a atual crise. Neste período ocorreu um considerável endividamento público e privado”.

Os bancos e países que se propuseram a ajudar o governo grego, o fizeram sob condição da Grécia implementar uma série de medidas que, apesar de impopulares, possibilitariam uma gestão do capital público e o aumento de capital (OLIVEIRA, 2014).

O fato condicionante à obtenção dessas ajudas era a aceitação das imposições do FMI (Fundo Monetário Internacional) e em seguida da troika, um acordo de medidas de austeridade fiscal gerenciadas por FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia, que tem por objetivo levar ao governo grego desenvolvimento suficiente ao pagamento das dívidas assumidas (CASSAVIA, 2016).

Porém, pouco do plano foi realmente colocado em prática principalmente quanto às privatizações e demissões no setor público, focando na segurança e nos benefícios dos trabalhadores em vez de focar na produtividade. Enquanto o governo sofria para manter os cargos públicos, milhares ficaram desempregados no setor privado, como consequência da recessão (PAPADIMITRIOU, 2015).

Com pesadas dívidas, a Grécia sofre imposições de ajustes fiscais duros que ocasionam recessão, desemprego, diminuição de salários e aposentadorias, além da redução de garantias sociais dos trabalhadores (PEREIRA, 2015). Diante dessa situação caótica, existe grande possibilidade de o país sair da Zona do Euro (BEM & JUBRAN, 2016).

Para Polychroniou (2012), as políticas rígidas e conservadoras de austeridade impostas pelo FMI e União Europeia farão com que os países mais fragilizados sejam afetados em maior grau de intensidade pela crise, sofrendo ainda mais com graves problemas sociais.

Pereira (2015, p. 25) afirma que “as medidas de austeridade trouxeram consigo apenas sofrimento e destruição, sem qualquer dos benefícios anunciados de redução da dívida, crescimento⁴ e prosperidade”.

A crise grega vai além de mais uma mera crise econômica nacional. Tem-se tornado, de fato, um símbolo da falha de uma política e teoria econômica prescrita pelo próprio Banco Central Europeu e pelo FMI. As principais instituições financeiras de hoje são credoras de montantes gigantescos que não têm a menor possibilidade de serem pagos. (JACOBS & SWILLING, 2015).

Se de um lado os países são obrigados a adotar medidas que prejudicam sua população, em função de honrar os pagamentos de juros bancários, por outro viés as instituições financeiras não sofrem qualquer tipo de sanção por terem-se aproveitado da situação e emprestado além dos limites aceitáveis, induzindo o endividamento crescente da Grécia (OLIVEIRA, 2014).

Seguir as medidas de austeridade não garante o pagamento das dívidas. Em outras palavras, é utópica a resolução da crise aumentando-se o desemprego, ocasionando o empobrecimento da população, o fechamento de empresas e corte de investimentos em setores básicos e fundamentais como saúde e educação (HUDSON, 2012).

Por outra seara, um estudo feito pelo renomado instituto alemão Halle Institute (IWH, 2015) evidenciou que a Alemanha economizou mais de 100 bilhões de dólares, graças à crise grega e as políticas de juros baixos do BCE (Banco Central Europeu). Essa economia de recursos financeiros é explicada pela grande mobilização de investidores em busca de locais mais seguros para investir. Esses investidores buscaram essa segurança nos títulos alemães. Esse aumento na busca desses títulos fez com que os juros pagos pela Alemanha fossem reduzidos, ocasionando uma economia de 100 bilhões de euros (IWH, 2015).

Se a crise grega não tivesse ocorrido, a Alemanha teria um déficit fiscal. O mesmo estudo defende que sempre que os mercados financeiros tomavam ciência de notícias negativas em relação à Grécia, as taxas de juros sobre os títulos do governo alemão caíam e se fossem notícias positivas subiam. O governo alemão se beneficiou bastante, pois a redução dos juros de 3% para 1% possibilitou que o país tivesse uma economia de mais de 3% de seu PIB, que representa os 100 bilhões de economia, por conta dos menores juros pagos aos investidores dos títulos alemães (IWH, 2015).

Em busca de soluções que não afetem tanto a população, a Grécia realizou três eleições em 2015, uma para presidente e duas para primeiro-ministro, demonstrado que a instabilidade econômica reflete na política do país (BEM & JUBRAN, 2016).

Não se pode dimensionar a crise grega, levando-se em conta apenas os fatores econômicos, pois a crise evidenciou todo um sistema sociopolítico decadente e falho, que existe na Grécia desde a década de 80 (GRIGORIADIS, 2013).

2.3 A crise política grega

O fator de grande relevância para o atual endividamento grego foi o regime político que vigorou no país entre os anos 1930 e 1970. Governada por ditaduras fascistas, a Grécia teve o direcionamento de economia fortemente influenciado pelas ideologias defendidas por esses governos (OLIVEIRA, 2014).

As recentes medidas neoliberais adotadas pelos últimos governos gregos, de direta, que tiveram como foco potencializar as chances de o país ingressar na União Europeia, são frutos das ideologias defendidas pelos antigos governos totalitários (OLIVEIRA, 2014).

Na primeira eleição realizada em janeiro de 2015, Alexis Tsipras, do partido de esquerda Syriza, foi eleito sob a bandeira de que iria pôr fim às medidas de austeridade e iria encontrar outras soluções para renegociar as dívidas da Grécia com os credores. O recém-eleito primeiro Ministro argumentava, juntamente com vários economistas, que o corte nos gastos públicos e o aumento de impostos como tentativa de reduzir os fardos déficits orçamentários contra produtivo. Ele defendia que estas medidas apenas conduziram a economia grega a um círculo vicioso de fraca demanda e fraquíssimas finanças públicas (HARARI, 2015).

Em 5 de julho de 2015, foi realizado referendo, convocado pelo próprio Alexis Tsipras, convocando a população a votar em favor ou não da submissão à fortes medidas de austeridade propostas pelo FMI e países da União Europeia, em troca de uma vultosa ajuda financeira. A população optou pela não submissão, resultando no crescimento do risco de o país dar “calote” nos credores e sair da Zona do Euro ou até mesmo da União Europeia (HARET et al., 2016).

Dias depois do resultado do referendo, Alexis Tsipras, dias depois, fechou um novo acordo com líderes europeus para obter o socorro à economia. Passou a defender, a partir desse momento, a aprovação no parlamento grego de um terceiro pacote de resgate para o país, com várias medidas duras de contenção de gastos e que irá injetar 86 (oitenta e seis) bilhões de euros durante os próximos três anos para recuperar a economia grega, que ameaçava não pagar suas dívidas e dar calote (PESTON, 2015).

Tsipras renunciou ao cargo no dia 20 de agosto de 2015 por conta das pressões sofridas decorrentes do novo acordo fechado com líderes europeus que iriam recuperar a economia, mas em contrapartida o país teria que seguir duras medidas de austeridade. Com sua saída, novas eleições foram convocadas (BBC, 2015a).

Na última eleição, realizada em 20 de setembro de 2015, o grego Alexis Tsipras foi eleito novamente primeiro ministro. Ele se comprometeu em acelerar a aplicação das duras medidas de ajuste requeridas pelos credores da Grécia para que pudesse pleitear um novo plano

de resgate econômico, além de lutar para negociar a enorme dívida contraída pelo país (G1, 2015).

3 METODOLOGIA

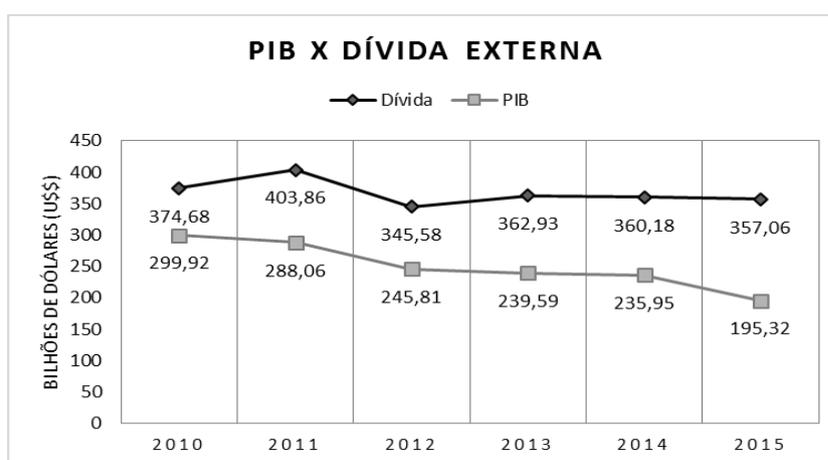
A elaboração do presente artigo se deu através de uma verificação ampla de diversas informações pertinentes à comprovação do objetivo inicial, sendo a pesquisa bibliográfica fundamental para os embasamentos do trabalho em tela. A fundamentação foi construída através das diversas origens de informações e com técnicas de análise variadas para uma completa elucidação do caso em estudo. (LAKATOS & MARCONI, 2010).

Foram utilizadas bases de dados internacionais que possibilitaram realizarmos os cálculos e comparações de indicadores econômicos e sociais. Uma vasta consulta de literatura, trabalhos e artigos científicos foi realizada como forma de buscarmos o estado de arte do assunto e assim conseguirmos embasar nosso trabalho com informações de domínio da comunidade científica. (PRODANOV & FREITAS, 2013)

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A dívida externa grega, conforme Figura 1, supera em quase o dobro do PIB anual do país, dificultando imensamente a amortização com recursos próprios do país.

Figura 1 – Dívida externa e PIB da Grécia.



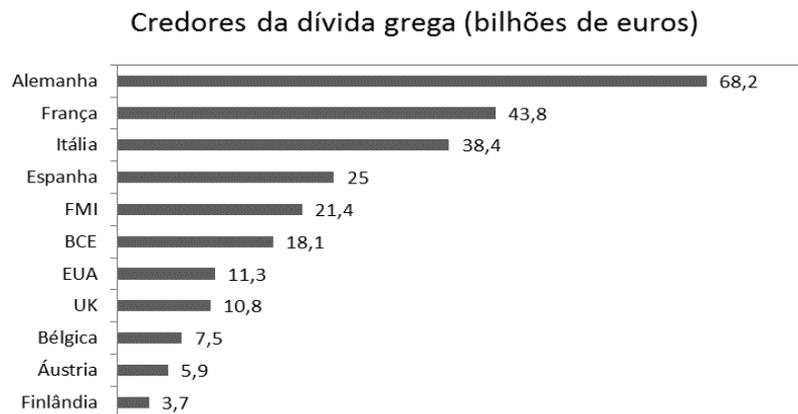
Fonte: IMF (2016).

A cada dia a situação da Grécia se complica, pois, se a população não tem dinheiro para consumir, as poucas indústrias que restaram no país não têm para quem produzir e, portanto, não terão condições de contratar funcionários, nem mesmo de se manterem em funcionamento, contribuindo para a formação de um estado cíclico de geração de pobreza.

De acordo com EUROSTAT (2016), o desemprego na Grécia cresce de maneira assustadora alcançando, atualmente, mais de 25% ao ano.

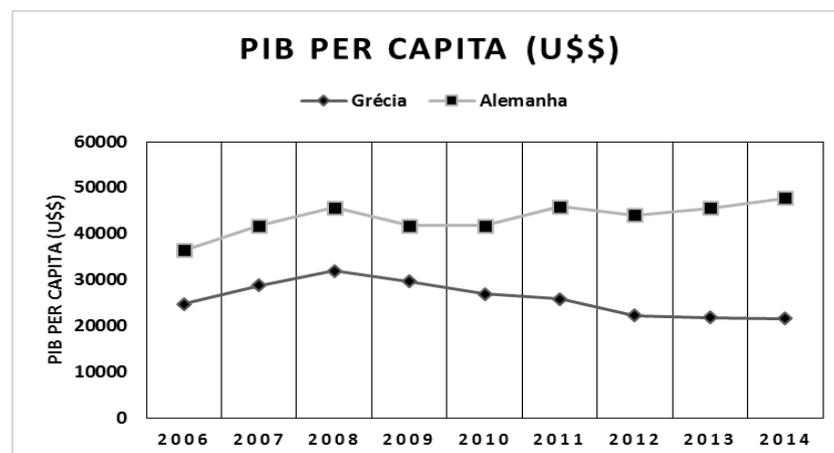
Os credores gregos são países europeus, fundos internacionais e os Estados Unidos da América. A Figura 2 retrata a situação das instituições e países credores da dívida externa grega.

Figura 2 – Os credores da dívida externa grega.



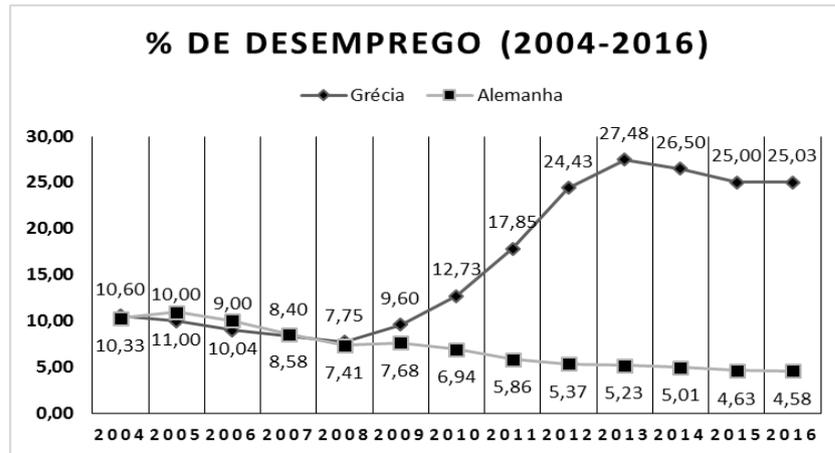
Fonte: BBC (2015b).

Figura 3 - PIB *per capita* comparado (Alemanha X Grécia).



Fonte : IMF (2016).

Figura 4 - Taxa de desemprego comparada (Alemanha X Grécia).



Fonte : IMF (2016).

A desvalorização do euro, provocada pela crise, tornou os bens de consumo produzidos pela Alemanha mais baratos para o mercado externo. A consequência disso foi o aumento de exportações de diversos produtos e a necessidade do aumento de produção que culminou com a necessidade de contratação de mão-de-obra, aquecendo o mercado de trabalho do país, reduzindo a taxa de desemprego, conforme apresentado na Figura 4. Todo o contexto citado possibilitou o crescimento do PIB do país, de acordo com o Gráfico 3.

O PIB grego, em relação aos setores produtivos, é distribuído da seguinte maneira: a agricultura representa 3,4%; a indústria 16%; os serviços 80,6%, e cumpre-se evidenciar que cerca de 18,6% dos serviços são relativos ao turismo. O percentual de mão-de-obra no emprego pleno por cada um dos setores citados, respectivamente, é de aproximados 12,4%, 22,4% e 65,1% (OLIVEIRA, 2014).

Os gregos por sua vez, optando por investir os recursos na importação de serviços e bens de consumo, deixaram as exportações estagnadas. Esse consumismo exacerbado foi financiado, por certo tempo, pelos bancos internacionais que compravam os títulos da dívida da Grécia (BAGUS, 2012). Esse alto índice de importações e a redução das exportações, ocasionou a queda do PIB da Grécia, conforme o Gráfico 3.

Os dados apresentando demonstram que, enquanto a Grécia sofria com a queda do PIB e aumento do desemprego, a Alemanha ia em sentido contrário, com prosperidade e empregos para a população.

Os dados apresentando por IWH (2015) coaduna com os evidenciados e comprova e que a Alemanha economizou recursos e se beneficiou com a crise grega.

Além disso, os empréstimos feitos pela Grécia, motivados pelos países da zona do euro, sob o pretexto de resgatar economicamente o país, beneficiaram os bancos alemães e franceses, que lucraram valores exorbitantes, através dos juros provenientes da dívida contraída pelo Estado grego (PEREIRA, 2015).

5 CONCLUSÃO

As medidas de austeridade adotadas pela Grécia cumprem o papel de garantir os empréstimos que ainda serão necessários para o levantamento do país. A Alemanha assume papel principal na recuperação da crise grega, vez que tem interesse direto na valorização dos títulos alemães que proporcionam crescimento do país, mesmo durante a crise dos demais países da zona do euro.

A Grécia se viu obrigada a participar da zona do euro para sanar o clima de instabilidade econômica e política que assolavam o país por volta do ano 2002. A moeda desvalorizada e o PIB em queda forçaram a adesão.

Atualmente, o desemprego impera no país e medidas de austeridade radicais tiveram que ser adotadas. O partido político que ganhou as últimas eleições, sob a égide de ser contrário às citadas medidas, pede tranquilidade para a população e tenta convencê-los da necessidade das ações.

A autorização concedida ao poder executivo para a demissão de funcionários públicos é a medida de austeridade que mais impacto causa ao país, visto que uma parcela considerável da população se valiam do emprego público para sua subsistência.

Antes da crise mundial de 2008, a Grécia já vinha acumulando dívidas bem superiores ao seu PIB. Contas públicas maquiadas, gastos públicos acima da receita e empréstimos bilionários potencializaram a derrocada financeira do país.

Outrossim, bancos e instituições financeiras internacionais se aproveitaram da situação e realizaram empréstimos à Grécia bem acima dos valores aceitáveis para quem já se encontrava com uma dívida enorme. Nenhum tipo de sanção foi aplicado a esses participantes ativos no processo de endividamento grego. Instituições que deveriam proteger a economia de países pertencentes à zona do euro, cooperaram para prejudicar em larga escala a Grécia.

A Alemanha conseguiu, através de algumas medidas políticas e econômicas, se aproveitar da crise grega e da desvalorização do euro e experimentar um crescimento expressivo

do país, atraindo investimentos, aumentando a produção e as exportações, propiciando aumento de renda, emprego e do PIB.

REFERÊNCIAS

BAGUS, P. A tragédia do euro. Campinas: Vide editorial, 2012. 268 p.

BBC. Tsipras renuncia na Grécia: conheça o premiê que tentou desafiar a Europa. Londres: agosto, 2015a. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150820_renuncia_tsipras_perfil_rm>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BBC. A crise grega em números. Londres: Julho, 2015b. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150707_grecia_crise_numeros_fn>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BEM, A. P.; JUBRAN, B. M. A ampliação das assimetrias na Zona do Euro como fator da crise grega. Indicadores Econômicos. FEE, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 27-44, 2016.

CASSAVIA, R. F. As políticas de austeridade e a crise social na Grécia entre 2008 e 2012. 2016. 32f. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2016.

COTRIM, Gilberto. História global – Brasil e geral. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

EUROSTAT. Banco de dados dos países da União Europeia. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

EXAME. Após 6 anos de recessão, Grécia registra crescimento. Revista Exame [on-line]. São Paulo: abril, 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/apos-6-anos-de-recessao-grecia-registra-crescimento>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

G1. Um mês após renúncia, Tsipras vence eleições na Grécia. São Paulo: Setembro, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/partido-de-esquerda-syriza-vence-eleicoes-na-grecia.html>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

GRIGORIADIS, I. N. A Grécia e a Crise do Euro: da beira do colapso à inevitável reforma. Cadernos Adenauer xiv (2013) nº1, pp. 73-80.

HARARI, D. Greek debt crisis: background and developments in 2015. Briefing Paper, House of Commons Library, n. 7114, 13 out. 2015. Disponível em: <<http://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/SN07114>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

HARET, F. C.; SILVEIRA, D. B.; ALVES, E. P. Governança corporativa e soberania popular: Mecanismo de controle do poder do Estado na Sociedade e Economia. *Economic Analysis of Law Review*, América do Norte, 622 02 2016. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/6%20EALR%20333>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

HUDSON, M. The Road to Debt Deflation, Debt Peonage, and Neofeudalism. *Levy Economics Institute of Bard College Working Paper*, n. 708, 2012.

IMF (INTERNATIONAL MONETARY FUND). World Outlook Database. 2016. Disponível em: <<http://www.imf.org/en/Data>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

IWH (LEIBNIZ-INSTITUT FÜR WIRTSCHAFTSFORSCHUNG HALLE). Germany's Benefit from the Greek Crisis. *IWH online* 7. Ed. 2015. Halle (Saale). 2015. Disponível em: <http://www.iwh-halle.de/e/publik/iwhonline/io_2015-07.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

JACOBS, G.; SWILLING, M. The Greek Financial Crisis: Theoretical Implications. *Cadmus Journal*, volume 2, issue 5, 2015. Disponível em: <<http://www.cadmusjournal.org/files/pdfreprints/vol2issue5/cadmus-v2-i5-greek-crisis-gjacobs-mswilling-reprint.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

LACRUZ, A. J. Gestão de projetos no terceiro setor: uma abordagem prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. Disponível em: <<http://www.pmiam.org/gestao-de-projetos-no-terceiro-setor-uma-proposta-de-metodologia-para-associacao-e-fundacoes-sem-fins-lucrativos/>>. Acesso em: 4 mai. 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA NETO, E. J. A crise da Grécia: origens, interpretações e alternativas. 2014. 78 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

PAPADIMITROU, A. P. A crise da dívida da Grécia e o contexto político-macroeconômico. 30 f. TCC (Ciências Econômicas) - INSPER, 2015 Disponível em: <http://dspace.insper.edu.br/xmlui/bitstream/handle/11224/1292/Alexandros%20Petridis%20P%20apadimitriou_Trabalho.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2016.

PESTON, R. Análise: Sem alívio à dívida, 3º pacote de ajuda à Grécia não é final feliz. *BBC*, Londres: agosto, 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150811_grecia_analise_acordo_rm>. Acesso em: 10 abr. 2016.

PEREIRA, H. G. Consequências para a Grécia da crise financeira atual e experiência original do Syriza como 'movimento-partido' que se opõe à austeridade. *Polêm!ca*, v. 15, n.3, p. 23-34, 2015.

POLYCHRONIOU, C. J. et al. The mediterranean conundrum: The link between the state and the macroeconomy, and the disastrous effects of the European policy of austerity. Levy Economics Institute, 2012.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C.; Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico, 2. Ed., Novo Hamburgo, 2013.

SANTINON, E. P. A crise grega e seu impacto na economia mundial. Rio Grande, XIII, n. 78, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br/pdfsGerados/artigos/8051.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

SILVA, W. F. L. Macroambiente e Cenários Econômicos. A análise de um modelo macroeconômico. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2008

UNIÃO EUROPÉIA. Website oficial. Grécia. Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/greece/index_pt.htm>. Acesso em: 2 abr. 2016.